

Discurso de tomada de Posse do Dr. Bernardino Delgado no 2º

mandato a frente do CSMJ

EXCELÊNCIAS

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL,

SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL,

SENHORA MINISTRA DA JUSTIÇA,

SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA,

SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS,

SENHOR PROVIDOR DE JUSTIÇA,

VENERANDOS JUÍZES CONSELHEIROS, DO STJ,

MEMBROS DO CORPO DIPLOMÁTICO E COMUNIDADE

INTERNACIONAL AQUI PRESENTES

SENHOR BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS,

SENHORAS E SENHORES REPRESENTANTES DA IMPRENSA
LIVRE E INDEPENDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer penhoradamente, S. Excia, o Senhor Presidente da República, pela confiança depositada em minha pessoa, e garantir o meu total empenho e dedicação às funções que me foram confiadas. Com este gesto do Senhor Presidente da República, acabou por preencher um cargo, cuja vacatura foi anunciada desde 2018, o que, por um lado contribuiu para a renovação da legitimidade democrática do Conselho e por outro lado concorreu para que fosse desencadeado o processo de designação do Presidente do CSMJ.

Estou bem ciente, de igual modo, que devo esta honra, não a quaisquer atributos ou méritos pessoais, mas antes à vontade dos vogais, membros do Conselho que entenderam de forma unânime, conceder-me, uma vez mais, a sua confiança propondo à S. Excia o Senhor Presidente da República a minha nomeação como Presidente do CSMJ. Uma palavra de agradecimento a todos os membros vogais do CSMJ.

Tanto a Presidência da República como o Plenário do CSMJ estiveram à altura das suas responsabilidades e não se mostra, minimamente razoável exigir que esperassem pela eleição ou renovação do mandato dos membros vogais cuja eleição é da responsabilidade da AN, tanto quanto é certo que se está a espera há mais de 3 anos e, convenhamos, um juízo de prognose, por mais otimista que seja, indicia muitas reservas quanto a eventualidade de esta eleição vir a acontecer nos próximos tempos.

Sirvo-me, igualmente, deste momento para dirigir uma mensagem de saudação calorosa, em especial aos meus familiares próximos, à minha querida filha, ao meu irmão e à minha irmã e, enfim, a todos os que quiseram dar-nos o grato prazer da sua presença neste acto ritual que simboliza a renovação na continuidade, da legitimidade democrática de parte do CSMJ mas também assinala o reinício de funções do Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, após um mandato de 5 anos a frente deste órgão de matriz constitucional.

A presença de qualquer um de vós, sem distinção, engrandece, enobrece e dignifica o Conselho Superior da Magistratura Judicial e, nessa medida, nobilitada sai também a imagem da Justiça e do Poder Judicial.

O Conselho que tenho tido a subida honra de presidir, tem sempre procurado, independentemente das circunstâncias, buscar os mais amplos consensos, e nisso tem funcionalizado todo o seu empenho e todas as suas capacidades. Mas igualmente tem sido capaz de assumir ruturas, com coragem e determinação, quando entende que por elas passam, incontornavelmente, os superiores interesses da Instituição que serve e que se compromete, acima de tudo, defender.

Nessa perspetiva, gostaria que o mandato ora reiniciado se continuasse a pautar por um diálogo permanente e franco, em primeiro lugar, com todos os vogais do CSMJ, independentemente da sua designação ou proveniência, de molde a conferir à atividade deste Órgão o máximo de rigor, competência, transparência e mais eficiente gestão, e que se mantenha como órgão de salvaguarda institucional do prestígio da justiça. Diálogo e estreito relacionamento que desejamos firmemente estender também aos Senhores Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, à Senhora Ministra da Justiça, Senhor Procurador-Geral da República, Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados, senhor Presidente da Associação

Sindical dos Juízes, e à todas as instituições da república que se interrelacionam com o Conselho, com vista à busca de um alargado consenso sobre soluções que, preservando a independência e dignidade dos Juízes, permitam alcançar para a Justiça maior eficácia e prestígio.

A intervenção do CSMJ para os próximos 5 anos estabelece como função de apelo uma visão que consiste em concretizar o reconhecimento social da instituição como promotora de uma justiça independente, transparente, ágil, humana e à altura das expectativas dos cidadãos, assumindo integralmente a sua missão de administrar a justiça, em nome do povo de modo eficiente e independente por forma a assegurar a realização dos direitos dos cidadãos, contribuindo assim para a consolidação do Estado de Direito Democrático.

A concretização desta visão de modernização da Justiça passa pela adoção de uma estratégia de transformação potenciada pelo digital e focada nas reais necessidades dos diferentes públicos-alvo, estimulando a eficiência de forma inovadora, inclusiva e estabelecendo uma cultura colaborativa e de resultados.

Terminamos o ano judicial transato com uma pendência que se situa em 10.160 processos pendentes. A meta é reduzir esta cifra abaixo da metade nos próximos 5 anos.

Aprioristicamente, ela pode parecer pouco auspiciosa, porém, temos que ter presente que, as entradas processuais tendencialmente vão aumentando, ano após ano, e, portanto, trata-se de uma variável que não conseguimos controlar, daí que a previsão neste particular foi feita na base de uma estimativa de *imputs* processuais, calculado na base de uma média de entradas nos últimos cinco anos.

Destarte, procurando estabelecer as metas tentamos ser mais realistas do que propriamente otimistas, embora, possamos sempre fazer os reajustes necessários com vista a ultrapassar as metas propostas.

Seja como for, a concretização das mesmas estará sempre dependente da realização, entre outras, das seguintes premissas:

- Recrutamento de mais magistrados;
- Criação e instalação de um Juízo de Instrução Criminal (JIC), nas Comarcas de Praia e de S. Vicente;
- Contratação a termo, de 60 Oficiais de Diligências
- Dotar os Tribunais de Instância e bem assim, os Tribunais superiores de um serviço de assessoria técnica.
- Dotar as instituições intervenientes de meios humanos, materiais e financeiros;
- Reforçar o serviço de inspeção com um corpo de inspetores;
- Levantamento detalhado das situações de pendência.
- Reforço da equipe de redução de pendências;
- Implementação do Plano de formação de Magistrados e Oficiais de Justiça;

Ao nível das infraestruturas:

- Operacionalizar a 100% o funcionamento do SIJ;
- Deslocalizar o STJ para o Palácio de Justiça da Praia;
- Deslocalizar o Tribunal da Relação de Sotavento da cidade de Assomada para a cidade da Praia;

- Cedência, no edifício onde funciona o Tribunal da Relação de Barlavento, do espaço agora ocupado pelos serviços ligados á comunicação social;
- Deslocalizar a comarca da Praia para o Campus de Justiça de Palmarejo;
- Cedência do R/C do edifício onde funciona o Tribunal da Comarca de S. Vicente para instalar o Juízo de Família, Menores e Trabalho, com a respetiva sala de audiências.
- Espaço para autonomizar as secretarias Cível e Crime no Tribunal da Boa Vista, bem como, a sala de audiência cível;
- Espaço para a colocação de mais um Juiz e criação de mais uma sala de audiência no Tribunal da Comarca de São Filipe.
- Obrigatoriedade via legislativa da tramitação eletrónica do processo penal e civil.
- Implementação do Centro de Formação Judiciária.

O impacto financeiro que decorre da implementação destas medidas já foi devidamente calculado e endossado ao departamento governamental responsável pela área das finanças e é do conhecimento do Ministério da Justiça.

Senhor Presidente da República, Excelência

É hoje sólido o consenso, quer no plano interno, quer no plano internacional, sobre a necessidade de se pugnar pela irreversibilidade do estatuto dos juízes, especialmente na vertente remuneratória, chegando mesmo algumas Constituições a estabelecer cláusulas que previnem a sua degradação, enquanto condição essencial para se preservar a independência do Poder

Judicial, pedra angular do Estado de Direito e garante dos direitos fundamentais dos cidadãos.

O exercício da judicatura, pela sua natureza e por imperativo constitucional, exclui a possibilidade de o juiz desempenhar qualquer outra atividade profissional remunerada, à exceção da atividade docente e de investigação científica, precedendo sempre autorização do Conselho Superior da Magistratura Judicial, o que deixa claro a exigência de uma total disponibilidade para a função, implicando não poucas vezes até uma alteração do centro da sua vida pessoal e familiar.

A Constituição da República de Cabo Verde consagra a independência dos tribunais (art.º 211º, 1 e 222º, 1), à qual não pode ser alheio um Estatuto dos juízes que efetivamente a possa garantir. Por isso, não pode o CSMJ, enquanto órgão a quem foi conferido o mandato constitucional de velar pela independência dos juízes, permanecer indiferente à persistência de fatores que podem comprometer seriamente os seus fundamentos.

Efetivamente, a remuneração dos juízes em Cabo Verde tem vindo a sofrer sucessiva erosão, adveniente do facto de, passados mais de uma vintena de anos, não ter sido objeto de qualquer atualização, ao contrário do que vem acontecendo com outras classes profissionais.

Este condicionalismo não favorece a fidelização dos juízes mais experientes e qualificados na carreira, que amiúde, são assediados e recrutados para o exercício de outras funções, fora da magistratura e que oferecem condições mais atrativas, o que, belisca a independência dos juízes, atravanca a estabilidade do quadro de juízes e por outro lado, compromete seriamente a tangibilidade dos objetivos traçados. Urge, portanto, fixar o índice salarial dos juízes, de forma a potenciar a sua fidelização na carreira, mas sobretudo a fixação dos melhores e mais qualificados, pois, só assim estaremos a

potenciar a concretização de um outro objetivo já traçado como prioritário para o mandato que ora se reinicia, e que se traduz no seguinte:

Dotar o serviço de inspeção Judicial de um corpo de inspetores judiciais dos mais qualificados, capazes de assegurar uma efetiva fiscalização da atividade dos tribunais e dos juízes, promover a meritocracia e contribuir decisivamente para a redução das pendências e da morosidade.

É pacífico que o exercício do cargo de inspetor judicial é, por sua própria natureza, difícil e exigente, facto que, acrescido á falta de magistrados judiciais com os requisitos exigidos e da ausência de incentivos, até ao presente, tem dificultado, sobremaneira, a atração de um número relevante de inspetores judiciais para o cabal preenchimento das vagas.

Não obstante, é digno de realce, a devoção dos servidores que compõem o atual serviço de inspeção, que não têm poupado esforços para o cumprimento dos planos de inspeção que todos os anos são aprovados pelo CSMJ.

Não podia terminar esta intervenção sem fazer referência a um domínio que também é estabelecido como uma das prioridades do nosso mandato: O SIJ.

De entre os constrangimentos que têm vindo a obstaculizar a operacionalidade do SIJ, destaca-se:

- a cultura “do papel” ainda fortemente enraizada;
- a falta de equipamentos e inadequadas condições de acesso à *internet*, pelo menos em algumas comarcas;
- o facto de os utilizadores ainda não se terem apropriado do sistema/equipamentos ou por não conhecerem/dominarem as funcionalidades dos mesmos;
- natural resistência à mudança devido a razões várias (incertezas, motivos defensivos, descrença na mudança, deficiente comunicação, medo de perder poder ou *status*, etc..).

Baseados nas constatações referidas e no que consideramos ser essencial para a sustentabilidade do SIJ, e tendo em atenção que este projeto envolve mudanças significativas nos métodos de trabalho tradicionais, o que requer uma adequada gestão da mudança, as nossas sugestões vão no sentido de:

- Garantir a manutenção de uma equipa para liderar a gestão da mudança:
 - i) Elaboração de um cronograma de implementação do SIJ em todas as suas valências; ii) Plano de seguimento e avaliação da implementação; iii) Promoção da correção atempada dos desvios.
- Levantamento de todas as razões que impedem ou dificultam a utilização do SIJ;
- Apetrechamento de infraestruturas e equipamentos adequados em todas as ilhas;
- Atribuição da responsabilidade de manutenção de todo o SIJ a nível de *hardware* e *software* à uma equipa técnica que responde também, pelas alterações/valências técnicas que tenham que ser introduzidas no SIJ na decorrência de alterações legislativas ou necessidades sentidas pelos diversos utilizadores;
- Formar outras equipas técnicas para fazer face a futuras necessidades (prestação de serviços a outras Comarcas);
- Elaboração de um plano de comunicação para sensibilização dos utilizadores das vantagens da utilização do SIJ;
- Elaboração e execução de Planos de Formação que garantam a literacia informática e o domínio das potencialidades do SIJ pelos seus utilizadores;
- Disponibilização de manuais de utilização do Sistema;
- Criação de incentivos à adesão ao SIJ, através da integração deste quesito na avaliação de desempenho/inspeção;
- Intensificar a informatização e o uso das Tecnologias de Informação em todo o Sistema de Justiça.

Podem, pois, contar com o nosso firme engajamento, na promoção e implantação do processo eletrônico, para que possamos tirar todos os benefícios da utilização da inteligência artificial e da automação como ferramentas de auxílio à atividade judicante.

Foi para servir os cidadãos e os princípios fundamentais da Constituição, a qualidade da democracia e o rigor da instituição judicial, que nós, eu enquanto Presidente e os vogais do Conselho, assumimos esta missão de serviço.

Missão que, todos sabemos, envolverá uma permanente e total disponibilidade para enfrentar um árduo trabalho, com momentos de alguma tensão nas escolhas que a gestão impõe e a exigir de cada um a força interior para superar, não raras vezes, o sentimento amargo resultante da incompreensão de alguns.

Estou certo que cumpriremos o mandato com a elevação, a intensidade, o rigor e o primor que todos esperam de cada um de nós.

É essa a minha esperança e a minha convicção.

Termino, saudando e agradecendo a todos os que se dignaram estar presentes neste acto, enobrecendo-o, na certeza de que o sucesso do CSMJ será o de todos nós e, sobretudo, dos cidadãos, da Justiça e da cabo-verdianidade.

Um bem-haja a todos

Muito obrigado